



CPI reconvoça Cachoeira e ouve Cavendish no dia 28

Comissão votou ontem 155 requerimentos, incluindo convocações, pedidos de informações e quebras de sigilo

No primeiro depoimento, em março, o contraventor limitou-se a informar que só falaria depois de prestar depoimento à Justiça, o que já aconteceu. A CPI aprovou também a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico da mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça, acusada de chantagear juiz federal.

O depoimento do ex-dono da empreiteira Delta, Fernando Cavendish, foi marcado para dia 28. E dois deputados federais deverão falar à CPI: Carlos Alberto Leréia e Sandes Júnior. **3**



Gerardo Menezes/Agência Senado

Entre os deputados Paulo Teixeira e Odair Cunha, senador Vital do Rêgo, presidente da CPI, marca para dia 28 o depoimento do ex-dono da empreiteira Delta

Redução da maioria penal divide juristas

A primeira reunião da comissão do Senado que analisa a reforma do Código Penal foi marcada por polêmica. Juristas convidados para o encontro apresentaram visões divergentes sobre a redução da maioria

penal. A atualização do código chegou a ser o terceiro assunto mais comentado no Twitter durante a audiência. À tarde, senadores destacaram a importância de ouvir a sociedade sobre as mudanças. **6 e 7**



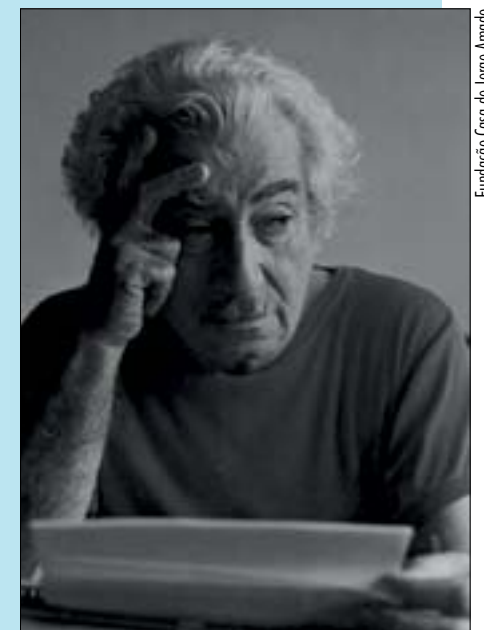
Marcos Oliveira/Agência Senado

Luiz Flávio Gomes, José Muiños Piñeiro, senadores Pedro Taques e Eunício Oliveira, Gilson Dipp e senador Jorge Viana: repercussão nas redes sociais

Comissão pode voltar a discutir proteção a rios temporários **2**

Proposta torna tribunais eleitorais permanentes **2**

Senador pede regras mais claras para concursos **8**



Fundação Casa de Jorge Amado

O escritor baiano, que morreu em 2001, publicou seu primeiro livro aos 18 anos

A vida e a obra do brasileiro que encantou o mundo retratando a Bahia

Jorge Amado, que completaria neste ano um século de vida, recebeu homenagem em Plenário na semana passada e é personagem central de exposição na biblioteca. Para José Sarney, foi um dos maiores escritores da humanidade. **4 e 5**

Senadores querem *free shops* em cidades de fronteira **8**

Bancada do agronegócio conseguiu aprovar, semana passada, emenda à MP do Código Florestal tirando os rios temporários da condição de áreas de proteção permanente. Governo trabalha para reverter decisão

Proteção a rios temporários pode voltar a ser negociada

A FRENTE PARLAMENTAR da Agropecuária manifestou ao relator da MP do Código Florestal, Luiz Henrique (PMDB-SC), disposição de negociar a volta da proteção a rios temporários. Emenda que excluiu esses cursos d'água do conceito de área de preservação permanente (APP), restringindo a exigência de preservação às margens de rios perenes, foi aprovada pela comissão mista que examina a medida provisória.

De acordo com Luiz Henrique, que se reuniu no dia 9 com o presidente da frente, deputado Homero Pereira (PSD-MT), os ruralistas defendem ainda que a MP seja modificada para permitir a construção, em APPs, de reservatórios para irrigação e aquicultura; a exclusão de várzeas do conceito de áreas úmidas; e a edição de decreto específico para tratar das multas cobradas de proprietários rurais que descumpriram a legislação ambiental.

As demandas, no entanto, são polêmicas. Para o senador Jorge Viana (PT-AC), são mudanças que representam retrocesso inclusive em relação ao texto do novo Código Florestal aprovado pela Câmara, que



Governo quer acordo com ruralistas para manter proteção a rios não perenes

teve partes vetadas pela presidente Dilma Rousseff, dando origem à MP.

Segundo ele, as mudanças defendidas pela bancada ruralista representam prejuízos à proteção ambiental, da mesma forma que a emenda que acaba com a proteção aos rios temporários. A aprovação dessa emenda, na última reunião da comissão mista, no dia 8, acirrou os ânimos entre parlamentares ruralistas e ambientalistas, levando o relator a pedir a suspensão de reunião agendada para o dia seguinte.

A conclusão do exame de emendas à MP foi transferida

para o dia 28, quando o Congresso realiza a segunda semana de esforço concentrado antes das eleições.

Até lá, a estratégia do governo é acalmar os ânimos e retomar o diálogo, de acordo com o líder no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM).

— Vamos buscar o distensionamento e a construção do entendimento necessário para a conclusão da votação da medida provisória — disse.

Depois da comissão mista, a MP vai passar pelos Plenários da Câmara e do Senado. Para não perder a validade, precisa ser aprovada pelo Congresso até o início de outubro.

Suplicy aplaude atletas e pede pela vida de pastor iraniano

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de voto de aplauso aos 258 atletas e equipes técnicas que representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos de Londres. Em sua avaliação, o esporte é um grandioso instrumento para o exercício da cidadania, e a participação do país encheu os brasileiros de orgulho.

O país enviou representantes para 32 modalidades, e os atletas trouxeram para casa 17 medalhas — três de ouro, cinco de prata e nove de bronze.

— Estou convencido de que

o treinamento desportivo, aliado a uma boa educação formal, constrói um povo como grande nação — avaliou o senador, que desejou sorte aos atletas da Paraolimpíada, cuja abertura será no dia 29.

Magno Malta (PR-ES) também homenageou os medalhistas, ressaltando que quatro deles são do Espírito Santo.

Suplicy reforçou ainda o apelo pela vida e libertação do pastor Youcef Nadarkhani, no corredor da morte no Irã, acusado de apostasia e de evangelizar muçulmanos.



Eduardo Suplicy também ressaltou a luta de Aung San Suu Kyi, em Mianmar

Segundo ele, Nadarkhani teria tido a pena de morte anulada. Mesmo assim, continua preso para responder a outro julgamento, por exercer a fé cristã.

O parlamentar também elogiou a ativista Aung San Suu Kyi, do movimento pela democracia na Birmânia, hoje Mianmar.

Impasse político adia retomada do Parlasul

A adesão da Venezuela ao Mercosul e a temporária suspensão do Paraguai do bloco já foram notificados à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Mas o impasse político que resulta das duas decisões deve retardar por alguns meses a retomada das sessões do órgão legislativo regional.

Ofício do coordenador

brasileiro do Grupo Mercado Comum, embaixador Antônio Simões, comunica que está suspenso o direito do Paraguai de participar dos órgãos do Mercosul (entre os quais o próprio Parlamento) e de suas deliberações, por conta do *impeachment* do então presidente Fernando Lugo.

O mesmo ofício informa que, a partir de 12 de agosto, a

Venezuela adquire oficialmente a condição de Estado-parte do Mercosul.

Somente um acordo entre os cinco países componentes do bloco — que defina a situação dos parlamentares paraguaios no Parlamento regional e a posse dos venezuelanos — deverá permitir que se realize a primeira sessão do ano do Parlasul.

Mozarildo apresentará proposta que torna a Justiça Eleitoral permanente

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) adiantou ontem que apresentará duas propostas de emenda à Constituição (PECs) para aperfeiçoar o processo eleitoral.

Uma das PECs criaria a Justiça Eleitoral permanente, mediante a criação de concurso e carreira para o cargo de juiz nos tribunais regionais eleitorais (TREs) e de desembargador e ministro para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Mozarildo apontou uma distorção no fato de haver juízes e ministros rotativos no TSE. O rodízio deixa a desejar e estimula aqueles que praticam atos ilícitos durante a eleição, pois contam com bons advogados que garantem, no mínimo, que vão “empurrar o julgamento com a barriga”, afirmou.

Na avaliação do senador, o rodízio traz para a Justiça Eleitoral “uma sobrecarga colossal”, pois os processos movidos numa eleição terminam permeando a outra. Mozarildo lembrou que 1.463 processos da eleição de 2010 ainda tramitam no TSE.

O parlamentar também ressaltou que uma parte dos juízes, no caso dos TREs, é composta por desembargadores; outra parte, por juízes estaduais, um juiz federal e dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nesses tribunais, a influência política da escolha dos dois advogados “é terrível”, disse Mozarildo.

O senador observou ainda que a escolha dos membros



Senador também quer separar eleições federais das estaduais

do TSE só recai em ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Supremo Tribunal Federal (STF), que são majoritariamente do eixo Rio-São Paulo, enquanto os advogados do TSE são sempre do eixo centro-sul.

A outra PEC irá propor mudanças no calendário eleitoral. A partir de 2018, as eleições seriam divididas, com a escolha de governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Dois anos depois, seriam eleitos o presidente da República, senadores e deputados federais.

Nas primeiras eleições, seriam discutidos os problemas dos estados e municípios. O segundo pleito seria reservado à discussão dos problemas nacionais, explicou Mozarildo.

— Se fizermos eleições estaduais e municipais juntas e eleições federais separadas, teremos um modelo muito mais justo e mais seguro em relação à questão da corrupção — afirmou.

Mozarildo reiterou a necessidade de mudanças no calendário eleitoral. Segundo ele, “o que não pode é ficar esse modelo que está aí”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Sessão destinada a discursos

14h A sessão plenária de hoje é não deliberativa. Sem votação de projetos, é destinada a pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA: Lançamento de programa

10h O senador José Sarney participa de cerimônia de anúncio do Programa de Concessões de Rodovias, Ferrovias e Trem de Alta Velocidade, no Palácio do Planalto.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados ouve os depoimentos da sócia da Alberto & Pantoja Construções Rosely Pantoja da Silva; do ex-presidente do Departamento de Trânsito de Goiás (Detran) Edivaldo Cardoso de Paula; do ex-segurança do ex-senador Demóstenes Torres, Hrilner Braga Ananias; e do ex-corregedor da Polícia Civil de Goiás Aredes Correia Pires.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Também foi aprovada ontem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Andressa Mendonça, mulher do contraventor, acusada de chantear um juiz federal



Randolfe (D) afirma que as investigações precisam se concentrar nas atividades da empreiteira Delta em todo o país

CPI reconvoça Cachoeira e marca dia para Cavendish

NA PRIMEIRA REUNIÃO administrativa realizada em agosto pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista do Cachoeira, os parlamentares decidiram reconvoçar o contraventor Carlos Augusto Ramos. O convite ao deputado federal Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) também foi aprovado entre os 155 requerimentos colocados na pauta de ontem. O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), marcou ainda para 28 de agosto o depoimento de Fernando Cavendish, ex-dono da empreiteira Delta.

Cachoeira esteve na CPI dia 22 de março, mas, amparado por um *habeas corpus*, limitou-se a informar que só falaria depois de prestar depoimento à Justiça. Em juízo, porém, praticamente não respondeu a nenhuma pergunta.

Já a mulher dele, Andressa Mendonça, terá que disponibilizar informações bancárias, fiscais, telefônicas e telemáticas (mensagens no celular). A que-

bra desses sigilos foi aprovada pela CPI a pedido do relator, Odair Cunha (PT-MG).

— Está claro que Andressa não tinha só relação pessoal com Carlos Augusto Ramos, mas também mantinha vínculos econômicos com ele. O objetivo da quebra dos sigilos é identificar tais vínculos com a organização criminosa — justificou o relator.

Andressa é acusada de chantear o juiz federal Alderico Rocha Santos na tentativa de beneficiar o contraventor, preso desde 29 de fevereiro.

Deputados

Os requerimentos para a convocação dos deputados federais Carlos Alberto Leréia e Sandes Júnior (PP-GO) provocaram debates. Um acordo substituiu a convocação de Sandes por um pedido de informações. Ele terá que explicar doações feitas pelo laboratório Midway para sua campanha nas eleições de 2010. O dinheiro, conforme

investigação da Polícia Federal, teria origem em empresas fantasmas ligadas a Carlinhos Cachoeira.

Leréia, por sua vez, não será convocado, mas convidado a depor, porque já se dispôs a falar à CPI. O deputado responde a processo administrativo no Conselho de Ética da Câmara. O deputado Silvio Costa (PTB-PE) protestou:

— Estamos tratando iguais de forma desigual. Ou convocamos os dois ou não convocamos ninguém — afirmou.

A proposta de criação de sub-relatorias foi rejeitada por 16 votos a 4. Os parlamentares da oposição foram os principais defensores da mudança, na tentativa de descentralizar as ações, atualmente conduzidas por apenas um relator.

Mais de 250 requerimentos continuam aguardando deliberação, incluindo o da convocação do jornalista Policarpo Junior, da *Veja*, o que provocou protestos do senador Fernando Collor (PTB-AL).

Decisões

Foram votados 155 requerimentos ontem, na primeira reunião administrativa da CPI em agosto. Estão entre as principais aprovações:

CONVOCAÇÕES

- ▶ **Carlos Augusto Ramos**, contraventor, já esteve na CPI no dia 22 de março. Amparado por um *habeas corpus*, usou o direito de ficar calado e limitou-se a informar que só falaria depois que prestasse depoimento na Justiça. Em juízo, no entanto, Cachoeira praticamente não respondeu a nenhuma pergunta.
- ▶ **Fernando Cavendish**, ex-dono da empreiteira Delta, prestará depoimento em 28 de agosto.
- ▶ **Fábio Passaglia**, denunciado pela revista *Veja* como suposto laranja da construtora Delta. Proprietário da empresa Terra Pneus e Lubrificantes, segundo denúncia da imprensa, seria patrão de Alcino de Souza, dono de uma empresa de fachada beneficiada com R\$ 6 milhões recebidos da Delta.
- ▶ **Conrado Caiado Viana**, empresário que teria, segundo a Polícia Federal, desenvolvido um site hospedado na Argentina para o grupo de Cachoeira.
- ▶ **Marcus Teixeira Barbosa**, acusado pelo contador Rubmaier Ferreira de Carvalho de ter usado o nome dele indevidamente para abertura de empresas de fachada.
- ▶ **Adriana Sauthier Accorsi**, delegada-geral da Polícia Civil de Goiás, diante da influência exercida pelo grupo de Cachoeira na instituição.
- ▶ **Edson Costa Araújo**, comandante-geral da Polícia Militar de Goiás, com argumento semelhante em relação à delegada-geral.

CONVITE

- ▶ **Carlos Alberto Leréia**, deputado federal, não será mais convocado, mas convidado a depor. Um dos argumentos para a mudança da condição é de que ele já se dispôs a prestar esclarecimentos à CPI. Atualmente, o deputado responde a processo administrativo no Conselho de Ética da Câmara.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- ▶ **Sandes Júnior**, deputado federal, deve ter que explicar doações feitas pelo laboratório Midway para sua campanha nas eleições de 2010. O dinheiro, conforme investigação da Polícia Federal, teria origem em empresas fantasmas ligadas a Cachoeira.

QUEBRAS DE SIGILO

- ▶ **Andressa Mendonça**, mulher de Carlos Cachoeira, terá que disponibilizar seus dados. A quebra desses sigilos também foi aprovada pela CPI, a pedido do relator Odair Cunha (PT-MG). Andressa também é acusada de chantear o juiz federal Alderico Rocha Santos na tentativa de beneficiar o contraventor, que está preso desde 29 de fevereiro (sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático).
- ▶ **Frederico Aurélio Bispo**, acusado de exercer tráfico de influência com autoridades de Goiás (sigilos bancário, fiscal e telefônico).
- ▶ **Rossine Aires Guimarães**, suposto sócio oculto de Cachoeira (sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático).
- ▶ **Marcelo Henrique Limírio Gonçalves**, sócio do ex-senador Demóstenes Torres no Instituto de Nova Educação e sócio de Cachoeira no Instituto de Ciências Farmacêuticas (sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático).

Collor lamenta adiamento de votação para convocar jornalista da *Veja*

Ao final da sessão da CPI, ontem, senadores e deputados lamentaram o fato de não ter sido levado à votação requerimento para convocar o jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*. Autor do primeiro pedido de convocação do jornalista, Collor disse que saía frustrado da reunião.

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), autor de um requerimento no mesmo sentido, também criticou o adiamento. Segundo ele, é preciso esclarecer eventuais ligações e troca de informações do jornalista com Cachoeira.

— Será que jornalista é protegido constitucionalmente de não poder depor em lugar nenhum, mesmo quando há suspeita de ter cometido crime? — questionou.

Já o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) disse que a convocação reflete coação à liberdade de imprensa. Para ele,

“querem correr atrás de quem grita ‘pega ladrão’, em vez de pegar o ladrão”.

Fernando Collor pediu também a convocação do procurador Alexandre Camanho de Assis, o qual, segundo ele, teria levado a jornalistas da *Veja* a íntegra dos inquéritos das operações Vegas e Monte Carlo, apesar do segredo de justiça.

— Isto é um crime inominável. Foi entregue numa sexta-feira, 2 de março, por volta de meio-dia, no antigo Hotel Meliá, com anuência do procurador-geral Roberto Gurgel.

Segundo o senador, os documentos foram entregues a Policarpo Junior e aos jornalistas Gustavo Ribeiro e Rodrigo Rangel. Também teriam participado do encontro Léa Batista de Oliveira e Daniel de Resende Salgado, procuradores que atuaram nas operações da Polícia Federal.

Randolfe diz que mensalão é “fichinha” comparado ao esquema da Delta

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), os trabalhos da CPI do Cachoeira precisam entrar em novo estágio, concentrando-se nas atividades da Delta em todo o país, e não apenas na região Centro-Oeste.

A empresa — maior detentora de contratos do PAC, com o governo federal e com diversos governos estaduais — é acusada de envolvimento com o contraventor. Segundo a Polícia Federal, a Delta repassava recursos a empresas-fantasmas de Cachoeira.

Randolfe reiterou ontem que as atividades do esquema na região Centro-Oeste “são, na verdade, parte de um todo, e esse todo se chama empreiteira Delta”.

— Se avançarmos as investigações sobre essa empresa, encontraremos o maior esquema de corrupção da história do país — afirmou.

Ao tratar dos valores que estariam envolvidos, o senador disse que o mensalão “é fichinha” quando comparado ao esquema da Delta.

Sobre o depoimento de Fernando Cavendish, ex-dono da empresa, marcado para o dia 28, o senador prevê a possibilidade de que o empresário ofereça poucas explicações.

Por isso, Randolfe defende que sejam ouvidos, antes, outros sócios da Delta; o ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) Luiz Antonio Pagot; e Francisco de Assis, que teria participado da montagem de empresas laranjas para o grupo.

Quanto à reconvocação de Cachoeira, o senador acredita que não é preciso ter pressa.

— Creio que mais tempo na cadeia fará bem à disposição dele para falar — acrescentou.

O brasileiro que abriu os olhos do mundo para os encantos da Bahia

No centenário de Jorge Amado, o Congresso realizou uma sessão solene e o Senado abriga em sua biblioteca uma exposição com as primeiras edições de seus livros, que começaram a ser publicados ainda nos anos 1930, e uma cronologia ilustrada do romancista. Jorge Amado já vendeu mais de 20 milhões de livros e é recordista em textos adaptados para televisão e cinema. Para José Sarney, é “um dos maiores escritores da humanidade”

Ricardo Westin

NO IMAGINÁRIO DE brasileiros e estrangeiros, a Bahia é uma terra fascinante — impregnada de calor e vida, repleta de cores e sabores, habitada por uma gente alegre e festiva. Quem forjou essa imagem, usando apenas um dedo de cada mão para datilografar suas histórias, foi Jorge Amado (1912–2001). Se estivesse vivo, o escritor baiano teria completado cem anos na sexta-feira passada.

O Brasil está em meio às comemorações do centenário. Seus romances ganharam novas edições. Em horário nobre, o país vê uma nova adaptação televisiva de *Gabriela, Cravo e Canela*.

Na semana passada, o Congresso Nacional realizou uma sessão solene em que senadores e deputados federais homenagearam o romancista.

No Senado, a biblioteca abriga a exposição *Centenário de Jorge Amado*. Nela, o público conhece as primeiras edições de seus livros e algumas das versões publicadas fora do Brasil. Uma cronologia ilustrada com fotos de época leva a uma viagem pelos principais momentos da vida do romancista. A exposição termina na sexta-feira.

Apenas no Brasil, Jorge Amado vendeu mais de 20 milhões de livros. Provou que *best-sellers* também podem ter valor literário. Sua obra chegou a mais 55 países, traduzida para idiomas que vão

do russo ao catalão, do árabe ao guarani. *Gabriela, Clove and Cinnamon*, a versão em inglês, chegou a figurar na lista dos mais vendidos do *New York Times*.

— Ninguém mais que Jorge Amado mereceu, no Brasil, o Prêmio Nobel de Literatura. Que ele nunca tenha ganhado, considero não só uma das maiores injustiças com a literatura brasileira, mas também com o próprio Prêmio Nobel, por não ter entre aqueles que premiou a figura de Jorge Amado, um dos maiores escritores da Humanidade — afirmou o presidente do Senado, José Sarney, na homenagem do Congresso.

Várias Bahias

Na disputa pelo título de escritor brasileiro mais lido no mundo, Jorge Amado fica atrás apenas de Paulo Coelho.

No quesito adaptação para cinema e televisão, nenhum romancista brasileiro conseguiu bater Jorge Amado. A lista de obras adaptadas é extensa. Basta citar *Tieta do Agreste*, *Dona Flor e seus Dois Maridos*, e de novo, *Gabriela, Cravo e Canela*, que foram transformadas tanto em telenovelas quanto em filmes. A exposição termina na sexta-feira.

Em seus romances, Jorge Amado descortinou várias Bahias. Uma diferente da outra, todas

marcantes. A Bahia rural ganhou vida com trabalhadores das fazendas de cacau, coronéis, jagunços e moradores de vilarejos provincianos. A Bahia costeira apareceu com capitães, pescadores e seus saveiros. A Bahia urbana surgiu em meio a pais de santo, boêmios, prostitutas, quituteiras e meninos de rua. Ele gostava de se referir a Salvador como “a cidade da Bahia”.

Em seu discurso na sessão de homenagem, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que, graças a Jorge Amado, os próprios baianos passaram a ter uma nova imagem de si mesmos. Nesse ponto, ela colocou o escritor no mesmo patamar do músico Dorival Caymmi (1914–2008):

— Jorge e Caymmi inventaram esta Bahia: terra da felicidade, terra da negritude. Isso contaminou a Bahia de tal forma que nós passamos a ter orgulho da negritude baiana.

Jorge Amado teve uma produção literária extraordinariamente intensa. Entre as décadas de 1930 e 1990, publicou três dezenas de obras. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) acredita que seus livros, inclusive os mais antigos, jamais deixaram de ser atuais.

— A memória de Amado esteve sempre relacionada à valorização social e cultural do Brasil. Ele se envolvia nos debates com conceitos como democracia racial e povo. Tudo isso é refletido na tamanha aceitação de sua obra

por diferentes públicos.

Nos livros didáticos de literatura brasileira, ele é enquadrado no modernismo — mais precisamente, no modernismo regionalista.

Do grupo, fazem parte a cearense Rachel de Queiroz, o paraibano José Lins do Rego, o alagoano Graciliano Ramos e o gaúcho Érico Veríssimo, que assumiram sem pudor os sotaques locais.

— Jorge Amado é o que se pode chamar de romancista baírrista e, ao mesmo tempo, universal. Ele mostrou que é possível dar asas

a personagens do seu dia a dia e igualmente transformá-los em personagens do mundo — disse a senadora Ana Amélia (PP-RS).

Em 1961, a Academia Brasileira de Letras, entidade encarregada de cultivar o português do Brasil e a literatura nacional, finalmente reconheceu o talento literário de Jorge Amado. Ele foi eleito para a cadeira 23 — que tem José de Alencar como patrono e Machado de Assis como primeiro ocupante. Muitos reconhecimentos viriam depois, de prêmios pelo mundo

a enredos de escolas de samba.

Tocaia

A vida de Jorge Amado, tão intensa, poderia ser confundida com uma bela obra de ficção.

Ele nasce numa fazenda de cacau em Itabuna, sul da Bahia. Com poucos meses de vida, é empapado pelo sangue de seu pai, alvo de uma tocaia nas próprias terras. O pai sobrevive. Ainda criança, é alfabetizado pela mãe.

Em Salvador, adolescente com extraordinária facilidade para

escrever, trabalha em jornais como repórter policial.

Lança seu primeiro romance. Influenciado por Rachel de Queiroz, apaixonou-se pelo socialismo e seus ideais de união e justiça — suas convicções ideológicas lhe renderiam muita perseguição. No Rio de Janeiro, forma-se em Direito, mas não chega a trabalhar com as leis. Suas obras começam a ser editadas fora do Brasil.

Casa-se pela primeira vez. É preso pela ditadura de Vargas e seus livros são queimados em praça pública. Exila-se no exterior. Separa-se. Conhece Zélia Gattai e passam a viver juntos. Pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), elege-se deputado federal na Assembleia Constituinte. É dele o histórico projeto que instituiu a liberdade religiosa no Brasil.

— Desde jovem, foi-lhe dado testemunhar a violência desmedida com que o Estado e a Igreja tentavam aniquilar os valores culturais provenientes da África. Havia discriminação religiosa. Pais e mães de santo eram presos, espancados e humilhados, e seus lugares sagrados eram invadidos e depredados — disse o deputado federal Roberto Freire (PPS-SP), que já fez parte do PCB.

Pouco depois, o “partidão” é posto na clandestinidade e Jorge Amado perde o assento na Câmara dos Deputados. Mais uma vez, agora com Zélia, parte para o exílio. Percorre todo o leste europeu.

Desilusão

Quando se inteira das atrocidades cometidas pelo ditador Josef Stalin, um de seus heróis, contra

os adversários do comunismo soviético, Jorge Amado vê o chão desabar sob seus pés. Acorda, desiludido, de seu sonho quixotesco e abandona a militância política.

Mais tarde, por uma pequena fortuna, vende para Hollywood os direitos de *Gabriela, Cravo e Canela*. Com o dinheiro, compra um terreno no bairro do Rio Vermelho, em Salvador, para construir a casa onde moraria até o fim da vida.

As décadas rendem-lhe amigos do quilate de Pablo Neruda, Dorival Caymmi, Diego Rivera, Pablo Picasso, Glauber Rocha, Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre.

A vida de Jorge Amado chegou ao fim em 6 de agosto de 2001, a quatro dias de completar 89 anos. Suas cinzas foram enterradas ao lado de uma mangueira no jardim da casa do Rio Vermelho.

Ele deixou um romance apenas iniciado. Na homenagem do Congresso, o filho do escritor, João Jorge Amado, subiu à tribuna para resumir essa história inacabada. O escritor imaginava um coronel casado com uma mulher que enlouquece. Ele acaba se apaixonando por uma moça e tenta se casar com ela, mas o padre se recusa a celebrar a união. O coronel fica sabendo que o rei da Inglaterra, para se casar novamente, mudou a religião do país. Assim, ele importa um pastor e declara a sua cidade protestante. A população, que não ousa desafiar o coronel, converte-se. Concluiu João Jorge: — Conto tudo isso aos senhores para mostrar como é grande a perda dele, que nos priva de ler essa história que não foi concluída e nunca será. É uma lástima.

Sete décadas de produção

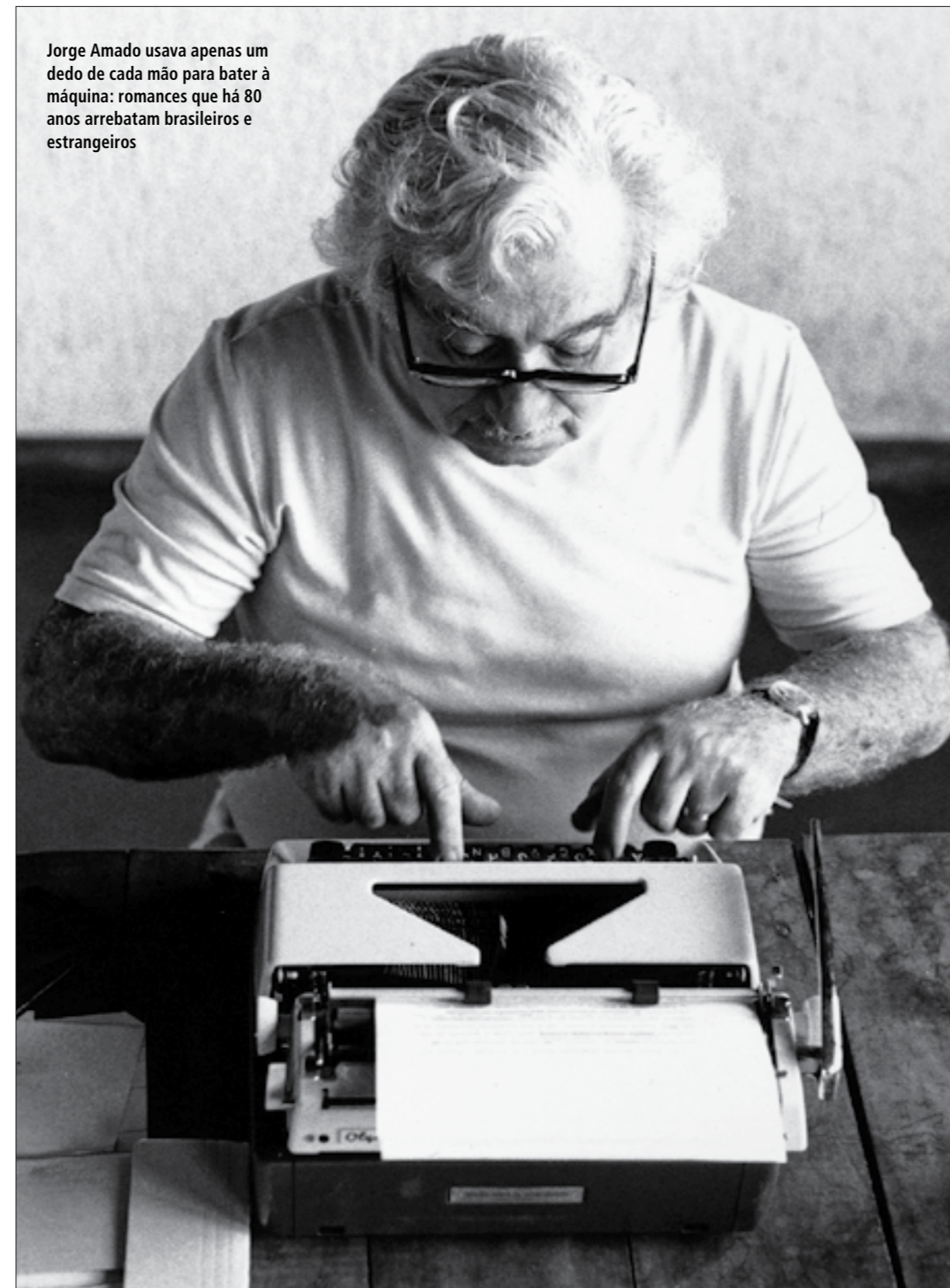
Jorge Amado deu início à extensa lista de livros publicados logo aos 18 anos, com *O País do Carnaval*. Ao morrer, deixou uma obra inacabada

ANOS 1930	<ul style="list-style-type: none"> ▶ <i>O País do Carnaval</i> ▶ <i>Cacau</i> ▶ <i>Suor</i> ▶ <i>Jubiabá</i> ▶ <i>Mar Morto</i> ▶ <i>Capitães da Areia</i> ▶ <i>A Estrada do Mar</i>
ANOS 1940	<ul style="list-style-type: none"> ▶ <i>ABC de Castro Alves</i> ▶ <i>O Cavaleiro da Esperança</i> ▶ <i>Terras do Sem-Fim</i> ▶ <i>São Jorge dos Ilhéus</i> ▶ <i>Bahia de Todos os Santos</i> ▶ <i>Seara Vermelha</i> ▶ <i>O Amor do Soldado</i>
ANOS 1950	<ul style="list-style-type: none"> ▶ <i>O Mundo da Paz</i> ▶ <i>Os Subterrâneos da Liberdade</i> ▶ <i>Gabriela, Cravo e Canela</i>
ANOS 1960	<ul style="list-style-type: none"> ▶ <i>A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água</i> ▶ <i>Os Velhos Marinheiros</i> ▶ <i>Os Pastores da Noite</i> ▶ <i>O Compadre de Ogum</i> ▶ <i>Dona Flor e seus Dois Maridos</i> ▶ <i>Tenda dos Milagres</i>
ANOS 1970	<ul style="list-style-type: none"> ▶ <i>Tereza Batista Cansada de Guerra</i> ▶ <i>O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá</i> ▶ <i>Tieta do Agreste</i> ▶ <i>Farda, Fardão, Camisola de Dormir</i> ▶ <i>O Milagre dos Pássaros</i>
ANOS 1980	<ul style="list-style-type: none"> ▶ <i>O Menino Grapiúna</i> ▶ <i>A Bola e o Goleiro</i> ▶ <i>Tocaia Grande</i> ▶ <i>O Sumiço da Santa</i>
ANOS 1990	<ul style="list-style-type: none"> ▶ <i>Navegação de Cabotagem</i> ▶ <i>A Descoberta da América pelos Turcos</i>

Fonte: Fundação Casa de Jorge Amado



Grças aos romances de Jorge Amado, a Bahia correu o mundo: acima, versões publicadas em russo, grego, esperanto e catalão



Fotografia: Casa de Jorge Amado

Em homenagem, Sarney cita militância política e personagens

Na sessão de homenagem ao centenário de Jorge Amado no Congresso Nacional, no dia 6, o presidente do Senado, José Sarney, foi da infância do escritor à militância política, do estilo literário à preocupação social.

Sarney lembrou que *Capitães da Areia*, que trata da infância miserável, não foi bem recebido pelo regime de Getúlio Vargas.

— Jorge, como eu, não gostava de Getúlio. Durante sua

ditadura, sofreu prisões, viveu os primeiros exílios. Em novembro de 1937, praticamente toda a edição de *Capitães da Areia* foi queimada em praça pública.

Sarney contou que, como presidente da República, convidou Amado para ser embaixador na França. Ele preferiu não aceitar.

— Mas engrandeceu viagens oficiais que fiz. Testemunhei a consagração que os alunos da Universidade de Moscou lhe

fizeram, as palmas intermináveis que assistimos com alegria.

O presidente do Senado citou o universo de personagens marcantes que Jorge Amado criou:

— Vejo entrar neste Plenário e na minha imaginação os mais de 5 mil personagens de Jorge Amado, todos eles presentes na nossa memória. Eles honram esta sessão, porque são eternos na memória do povo, na literatura brasileira.



José Sarney conduz homenagem: centenário de Jorge Amado

Waldemar Barreto/Agência Senado

Vida intensa: os principais momentos de Jorge Amado

1912	Jorge Amado nasce em 10 de agosto, na Fazenda Auricídia, em Ferradas, distrito de Itabuna (BA).
1914	A família se muda para Ilhéus (BA), fugindo de uma epidemia de varíola.
1926	Consegue seu primeiro emprego, em Salvador: repórter policial no <i>Diário da Bahia</i> . Em seguida, trabalha no jornal <i>O Imparcial</i> .
1928	Funda com amigos a <i>Academia dos Rebeldes</i> , reunião de jovens literatos que pregam “uma arte moderna, sem ser modernista”, com ênfase social e realista.
1931	Aos 18 anos, lança seu primeiro livro: <i>O País do Carnaval</i> . Ingressa na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.
1932	Filia-se ao <i>Partido Comunista Brasileiro (PCB)</i> .
1933	Casa-se com Matilde Garcia Rosa e tem uma filha, Eulália, que morrera aos 14 anos.
1936	É preso pela primeira vez, no Rio, acusado de participar da Intentona Comunista.
1937	Mais de mil exemplares de livros de Jorge Amado são queimados em praça pública, em Salvador, pelo regime de Getúlio Vargas. Ele volta a ser preso .
1938	Transfere-se do Rio para São Paulo , onde divide apartamento com o cronista Rubem Braga.
1941	Exila-se no Uruguai e na Argentina, onde escreve a biografia de Luiz Carlos Prestes, <i>O Cavaleiro da Esperança</i> .
1943	Volta para o Brasil e é preso pela terceira vez, em regime domiciliar, na Bahia.
1944	Separa-se de Matilde.
1945	Conhece Zélia Gattai , sua companheira até o fim da vida. O casal teria dois filhos, João Jorge e Paloma.
1946	Assume vaga de deputado federal pelo PCB na Assembleia Constituinte. Pouco tempo depois, o partido é colocado na clandestinidade e Jorge Amado tem o mandato cassado.
1948	Exila-se na França, de onde é expulso, e depois na antiga Tchecoslováquia.
1956	Após as denúncias de Nikita Krushev contra Josef Stalin, Jorge Amado se desliga do PCB .
1957	Conhece a Mãe Menininha do Gantoio .
1959	Recebe um dos mais altos títulos do candomblé, o de obá .
1961	É eleito para a cadeira 23 da <i>Academia Brasileira de Letras (ABL)</i> . Vende os direitos de filmagem de <i>Gabriela, Cravo e Canela</i> para a MGM. Com o dinheiro, compra um terreno no bairro do Rio Vermelho, em Salvador, e constrói a casa onde passaria a morar com a família.
1978	Já com netos, oficializa a união com Zélia Gattai .
1983	Jorge e Zélia passam a viver metade do ano em Paris , metade em Salvador .
1987	É inaugurada a Fundação Casa de Jorge Amado , num casarão do Pelourinho.
1992	Recebe de uma empresa italiana a proposta de escrever um texto de ficção sobre os 500 anos do descobrimento da América. Produz <i>A Descoberta da América pelos Turcos</i> .
1995	É agraciado com o Prêmio Camões , uma das maiores honrarias da literatura de língua portuguesa.
1996	Sofre um edema pulmonar em Paris. No Brasil, é submetido a uma angioplastia . Depois, recolhe-se à casa do Rio Vermelho.
2001	Jorge Amado morre , em 6 de agosto.

Fontes: Companhia das Letras e Fundação Casa de Jorge Amado

Senadores debatem novo Código em Plenário

O projeto de reforma do Código Penal, que começou a ser analisado ontem pela manhã por comissão especial do Senado (veja página 7)

repercutiu à tarde no Plenário. Quatro senadores abordaram o assunto, destacando a importância de atualizar a legislação, que data de 1940. Mas deixaram

ver que ainda haverá muito debate em torno de temas polêmicos. A importância da participação da sociedade nas discussões também foi destacada.



Souza quer que lei acompanhe transformações

Para Sérgio Souza, é preciso considerar mudanças sociais

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse ontem que o Código Penal deve ser reformulado a partir da realidade atual, levando em conta a transformação da sociedade. Ele afirmou que, apesar das modificações já feitas, a legislação penal brasileira está ultrapassada.

— É normal nós vermos leis que já nascem velhas porque às vezes ficam anos sendo debatidas no Congresso Nacional. Que essa lei nasça atual e que seja atual também amanhã.

O senador disse que o Estatuto da Criança e do Adolescente, debatido no Senado na década de 1980 e transformado em lei em 1990, também já está ultrapassado. Ele afirmou que o jovem da década de 1980 é muito diferente do jovem do terceiro milênio.

— Aquele jovem não tinha acesso à internet e os valores morais e éticos estavam mais presentes nos ensinamentos — disse.

Souza apresentou projeto (PLS 190/12) que prevê a punição do menor reincidente em crimes graves pelo Código Penal e não somente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.



Senador critica "país das penas mínimas"

Viana pede empenho no combate à sensação de impunidade

Vice-presidente da comissão especial do Senado que analisa a proposta do novo Código Penal, Jorge Viana (PT-AC) elogiou em Plenário ontem o grande interesse da população pelos temas em discussão no colegiado, em especial questões como maioria penal, aborto, preconceito, descriminalização do uso de drogas e crimes na internet.

— Durante a reunião, pus o assunto nas redes sociais, outros colegas também fizeram o mesmo, e ficou o quarto assunto mais comentado na manhã de hoje. Impressionante a conexão direta do cidadão brasileiro querendo participar desse debate — comentou.

O senador admite haver meios de obter consenso em temas delicados como a redução na maioria penal, mas cobrou empenho da comissão no combate à sensação de impunidade gerada pela legislação atual.

Segundo ele, no "país das penas mínimas", quem falsifica um cosmético pode pegar 15 anos de cadeia, enquanto quem tira a vida de alguém, se for a primeira vez, é sentenciado a 6 anos.



População deve ser ouvida, defende senador

Magno Malta diz que sociedade rejeita boa parte do projeto

Magno Malta (PR-ES) afirmou ontem que a população rejeita grande parte das mudanças pretendidas pelo projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/12). Para ele, a sociedade não foi ouvida.

— Se nós fizéssemos plebiscito para todas essas questões, se fizéssemos uma pesquisa, mais de 70% da sociedade rejeitaria — disse.

Entre os principais pontos questionados pelo senador, estão a proteção ao usuário de drogas, a criminalização da homofobia e a ampliação das hipóteses em que o aborto é permitido.

Malta voltou ao tema da maioria penal, que gerou discussões em audiência pública realizada pela manhã. Os especialistas discutem se é possível fazer alguma alteração, porque a maioria penal é considerada cláusula pétrea da Constituição — disposição que não poderia ser alterada. Para o senador, todos devem responder igualmente pelos crimes.

Apesar de criticar parte das mudanças, Malta reconhece que é preciso atualizar o Código Penal.



Ferraço: anteprojeto é um bom ponto de partida

Ferraço elogia trabalho desenvolvido pela comissão de juristas

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) classificou como extraordinário o trabalho dos juristas da comissão que elaborou o anteprojeto de lei que atualiza o Código Penal. O parlamentar disse que os estudos permitiram que os senadores da comissão especial da Casa que analisa o projeto não partissem do zero, mas sim de uma massa de estudos desenvolvidos por cidadãos de notável saber jurídico.

— O código em vigor é de 1940, portanto, edificado em outra realidade, em outra conjuntura social. Há necessidade de nós evoluirmos, ajustarmos, atualizarmos a relação do estado com o cidadão — disse o senador.

Em discurso no Plenário, Ferraço também considerou "da maior importância" a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou inconstitucional a norma sobre distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do DF (artigo 2º da Lei Complementar 62/89). Ele destacou a importância de os senadores instituírem um roteiro organizado para definir o assunto até o fim do ano.

Capiberibe anuncia grupo em defesa do Fundo da Segurança

João Capiberibe (PSB-AP) anunciou a criação da Frente Brasil pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/12, de sua autoria, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Em pronunciamento ontem, o senador informou que a frente foi criada durante debate sobre segurança pública promovido pela Assembleia Legis-

lativa de Mato Grosso do Sul. De acordo com a PEC, o fundo será composto, entre outras fontes de recursos, por parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a venda de armas e material bélico; por parcela do Imposto sobre Serviços (ISS) pagos pelas empresas de

segurança privada; e por 3% do lucro líquido dos bancos, "as instituições privadas que mais geraram lucros no país nos últimos tempos".

Os recursos seriam arrecadados pelo governo federal e transferidos aos estados por meio de um conselho de segurança pública nacional, a ser criado. O fundo, acrescentou o senador, teria gerência

autônoma, nos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS).

No mesmo discurso, Capiberibe lembrou que o Tribunal de Justiça de São Paulo julgaria ontem recurso de Brilhante Ustra, coronel aposentado do Exército. Sentença de primeira instância, proferida em 2010, declarou o militar culpado pela tortura a três pessoas de uma família.



Senador é autor da PEC que cria o Fundo Nacional da Segurança Pública

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Os senadores Pedro Taques e Eunício Oliveira debatem as alterações propostas com o jurista Gilson Dipp, presidente da comissão que fez as sugestões

Redução da maioria penal gera polêmica entre juristas

Integrantes da comissão que elaborou para o Senado o anteprojeto de novo Código Penal divergem, durante audiência pública, sobre o enquadramento ou não da maioria penal entre as cláusulas pétreas da Constituição, que não podem ser mudadas

A REDUÇÃO DA maioria penal para idade inferior a 18 anos foi o tema de maior polêmica na audiência pública que ontem debateu o projeto de lei da reforma do Código Penal (PLS 236/12). Os três juristas convidados, todos integrantes da comissão de especialistas que elaborou o anteprojeto para o Senado, divergiram sobre o enquadramento ou não da maioria entre as cláusulas pétreas da Constituição.

As cláusulas pétreas são aquelas que não podem ser abolidas ou mudadas por emenda constitucional. Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça que presidiu os trabalhos comissão de juristas, defendeu que o início da maioria aos 18 anos não se enquadra nessa categoria, que diz respeito à organização do Estado e não a questões de política criminal.

Para Dipp, a idade mínima

pode ser modificada por emenda constitucional, o que ultrapassa os limites do projeto elaborado pelos juristas e que atualmente está em exame pela comissão especial de senadores que realizou a audiência de ontem.

Para o desembargador José Muiños Piñeiro, a idade mínima para a responsabilidade criminal tem “feição de cláusula pétrea”, mas ainda assim poderá ser alterada.

No seu entendimento, uma geração não pode comprometer outra com regras imutáveis em matéria penal. Ele avaliou que um jovem maior de 16 anos já apresenta maturidade para saber o tipo de ação que comete.

— Reconheço, pela minha experiência, que o menor de 18 anos, acima de 16 anos, é permeado de informações que lhe dão condições de saber o caráter de suas ações — disse.

Professor alerta para tentações como o “populismo penal”

Ao defender a maioria aos 18 anos, o professor Luiz Flávio Gomes argumentou que apenas 1% dos crimes violentos do país envolve menores. Ele recomendou aos senadores que evitem decisões sem apoio na realidade e tentações como o “populismo penal”.

— O povo pede tudo, mas há limites — comentou o professor.

Para Gomes, as cláusulas pétreas não se limitam às inscritas no artigo 5º da Constituição (deveres e direitos individuais e coletivos) nem às que tratam da organização do Estado. Ele destacou que esse entendimento já é reconhecido em manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre matérias tributárias.

Mudança para 16 anos foi defendida pela população por meio do serviço Alô Senado

A redução da maioria penal para 16 anos foi uma das medidas mais defendidas pela população em sugestões enviadas aos juristas pelo serviço Alô Senado.

No debate, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) indagou aos especialistas por que algumas das contribuições não foram aproveitadas, como a própria redução da maioria. Dipp explicou que os juristas deixaram esse tema de fora pelo entendimento de que a comissão não possuía competência para tratar de temas de cunho constitucional.

Pedro Taques (PDT-MT) solicitou aos convidados nova manifestação

sobre o tema, agora considerando as limitações ao poder de reforma.

Ao defender a possibilidade de redução da maioria, Piñeiro forneceu dados para mostrar que a idade média dos criminosos condenados vem caindo. Nas décadas de 1970 e 1980, a faixa de idade ficava acima de 30 anos. Hoje, observou, a idade média dos 514 mil presos está abaixo de 27 anos, sendo que, desse total, 134 mil se situam entre 18 e 24 anos.

Diante do teor polêmico da questão, no entanto, o desembargador sugeriu que o tema seja objeto de referendo, caso o Congresso Nacional decida por eventual alteração.

Emendas poderão ser apresentadas até o dia 5 de setembro

Presidente da comissão especial encarregada de analisar o projeto, Eunício informou que os senadores poderão apresentar emendas até 5 de setembro. Indagado se o texto pode ainda incluir sugestões para punir agentes políticos que recorreram a caixa dois em campanhas eleitorais, ele esclareceu que isso depende do registro de emendas. O senador disse que o atual código envelheceu, não mais refletindo as necessidades do país. Agora, afirmou, cabe aos senadores encontrar um texto que equilibre “a excelência da técnica jurídica e o sentimento popular”.

Taques, relator da comissão, disse que pretende defender o enquadramento da corrupção como crime hediondo. Ele lembrou que vem sustentando essa tese há tempo, até em projeto de lei que já tramita na Casa (PLS 204/11). No anteprojeto de Código Penal, agora convertido no PLS 236/12, os juristas ampliaram as penas para corrupção, mas rejeitaram a classificação como crime hediondo.

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o Senado tem o dever de agir contra a impunidade e observou que a atual legislação aplica penas de forma desproporcional: “homicídio pode receber penas menores que uma falsificação de batom”.

— A vida no Brasil não vale nada. O Brasil não faz guerra com ninguém, mas está na maior guerra do mundo — disse o senador.

Ao sugerir que o trabalho da comissão não seja prolongado demais, mas que discuta o suficiente para dar à sociedade a certeza de que não haverá impunidade, Magno Malta (PR-ES) opinou que o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão, 4 de outubro, será insuficiente para esgotar o debate. Malta criticou o projeto da reforma do Código Penal em diversos pontos, inclusive com relação ao tratamento dado às drogas: pelo projeto, deixará de ser crime portar e até plantar pequena quantidade de droga para consumo pessoal.

Dipp salientou que a legislação atual já não impõe prisão ao usuário, apenas medidas corretivas, e Gomes disse que houve redução do consumo nos países onde as drogas passaram a ser encaradas como questão de saúde.

Tema chegou ao 3º lugar no Twitter durante a audiência

O serviço Alô Senado também deu voz à população durante a audiência. Os cidadãos puderam opinar pela internet, pelo telefone 0800 612211, (ligação grátis) e pelo Twitter.

Durante a reunião, o tema Código Penal permaneceu em grande destaque no Twitter, ocupando a terceira posição entre os temas mais comentados. Diversos cidadãos se dirigiram à comissão utilizando o

@AloSenado. Foram mais de 100 tweets com questionamentos, reclamações, solicitações e sugestões. Dentro desse total, diversas postagens incentivaram a participação dos cidadãos na audiência, mencionando os canais do Alô Senado.

Diante da importância da opinião popular, senadores aderiram à ideia. Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT) e Eunício Oliveira

(PMDB-CE) publicaram em seus perfis pessoais mensagens com estímulos para que os cidadãos enviassem sugestões sobre o novo Código Penal e que utilizassem os canais disponibilizados pelo Alô Senado.

O Alô Senado recebe contribuições dos cidadãos desde a elaboração do anteprojeto. Durante o trabalho da comissão de juristas, os canais de atendimento do serviço captaram

a opinião da sociedade brasileira sobre os temas constantes do novo Código Penal, totalizando 6.140 manifestações enviadas por cidadãos de todo o país. Após a contribuição para o anteprojeto, o Alô Senado reabriu o formulário eletrônico para recebimento de manifestações; desde então a média diária fica em torno de 85 mensagens. Por telefone, a média é de 75 mensagens diárias.

Senadores defendem liberação de *free shops* em cidade de fronteira

Projeto que prevê taxas livres pode evitar que brasileiros atravessem a rua para comprar em país vizinho, segundo Ana Amélia e Tomás Correia

ANA AMÉLIA (PP-RS) e Tomás Correia (PMDB-RO) defenderam ontem a aprovação de *free shops* em cidades de fronteira. O senador alertou que nessas cidades os brasileiros atravessam uma rua para fazer compras no país vizinho, deixando de comprar em território nacional, e a senadora disse que é preciso olhar com atenção para a economia dessas regiões.

— O Brasil está de costas para as fronteiras. Existe uma concentração no litoral e estamos esquecendo uma rica região, que é a fronteira. É por isso que vêm os problemas, como tráfico e contrabando — disse a parlamentar.

A medida está prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/12, do deputado Marco Maia (PT-RS), que autoriza a instalação de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou importada em cidades fronteiriças consideradas como gêmeas de cidades estrangeiras, por serem unidas geograficamente.



Ana Amélia diz que o descaso com a fronteira gera tráfico e contrabando



Tomás Correia ressalta os benefícios que uma zona franca apresenta

Encontram-se nessa situação 28 municípios no Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Ana Amélia registrou que, nos países vizinhos, algumas medidas têm dado certo na geração de emprego e renda. Ela deu o exemplo do Paraguai, que criou mecanismos para o desenvolvimento do comércio local, com hotéis e restaurantes voltados ao turismo de compras, com sistema de tributação diferenciada.

A senadora contou que semana passada se reuniu com

representantes da Receita Federal e ficou com a impressão de que o órgão se opõe às taxas livres e à criação de lojas francas nas cidades das fronteiras. A realidade desses locais, disse ela, é diferente da realidade de outras cidades e de outras regiões.

O exemplo de Foz

Tomás, em seu discurso, ressaltou os benefícios que uma zona franca apresenta, como é o caso da cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Em Rondônia, informou ele, a medida deverá beneficiar as cidades gêmeas de Guajará-

-Mirim, no Brasil, e a boliviana Guayaramerín.

— São milhares de pessoas e de reais que todos os dias atravessam a fronteira — disse.

O senador afirmou que além de aquecer as economias locais, a instalação de zonas francas possibilitará o desenvolvimento social da região, e, conseqüentemente, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida.

No Brasil, segundo o Ministério da Integração Nacional, existem várias cidades gêmeas tais como Uruguaiana (RS) e Paso de los Libres (Argentina); Santana do Livramento (RS) e Rivera (Uruguai); e Tabatinga (AM) e Leticia (Colômbia). Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), em apertes, registrou apoio aos discursos dos dois senadores.

Ana Amélia também fez uma homenagem à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), que está comemorando 75 anos de atividade. A senadora informou que a entidade possui 114 sindicatos industriais filiados, que representam 41 mil fábricas e 600 mil pessoas. Ela disse que a situação da indústria gaúcha é grave, da mesma forma que em outras regiões do país, e pediu medidas de apoio ao setor.



Rollemberg ressalta que há problemas de edital e até fraudes

Rollemberg propõe regras mais claras para concursos

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) anunciou que apresentará substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 74/10, do qual é relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ampliar o rol de novas regras para realização de concurso público. A proposta preenche o que o senador entendeu como “lacunas no ordenamento jurídico atual”.

Segundo Rollemberg, têm sido registrados problemas em concursos como falhas no edital e na aplicação de provas e até fraudes. Para o senador, essas falhas não podem continuar, sob pena de desmoralizar a instituição do concurso, prevista na Constituição para moralizar e democratizar o acesso aos cargos públicos efetivos.

Um problema comum, ressaltou, diz respeito aos conteúdos programáticos cobrados, que, muitas vezes, não têm relação com o exercício da função.

Outro ponto que o PLS tenta corrigir é a realização de concursos para cadastro de reserva. Na avaliação do senador, o candidato investe recursos financeiros e emocionais e não pode ter a expectativa frustrada pela não nomeação dos aprovados.



Rivera, no Uruguai, que faz fronteira com Santana do Livramento (RS), concentra grande número de *free shops* e é uma das mais procuradas pelos brasileiros

Eleitos poderão ser impedidos de dirigir concessionárias

Concessionárias de serviços públicos, como as de telefonia e de energia elétrica, poderão ser impedidas de ter como dirigente, administrador ou representante um ex ou atual ocupante de mandato eletivo.

A proibição, que seria estendida a parentes dessa pessoa até o terceiro grau, consta de projeto de lei (PLS 358/09) de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e está pronta para ser votada pela Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ). A medida altera a Lei das Concessões e Permissões de Serviço Público (Lei 8.987/95) e foi proposta visando “preservar a moralidade pública”.

“Observamos que nem a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) nem a Lei 8.987/95 contêm qualquer norma expressa que vede ao detentor e ex-detentor de mandato eletivo e a seus parentes vinculações com as

concessionárias de serviço público, cujos contratos são de elevado valor financeiro e, por isso, alvo de grande interesse daqueles agentes políticos que não observam, com rigor, a moralidade pública”, argumenta Inácio.

Além de exigir declaração da concessionária atestando o cumprimento da exigência, o projeto permite ao poder público determinar a perda da concessão caso comprove

desrespeito à norma.

“A providência normativa que é veiculada pelo projeto merece todos os aplausos, por se dirigir à preservação da moralidade pública, da eficiência e da impessoalidade”, avalia o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC).

A proposta será votada em decisão terminativa pela comissão e deve seguir direto para análise da Câmara dos Deputados.



Objetivo do projeto de Inácio é preservar moralidade pública